dade complexa do comportamento do mundo mercantil, irredutível à lógica mecânica das ciências de sua época — antecipou importantes respostas para problemas que só foram assumidos conscientemente pelas ciências com a descoberta da entropia e a formulação da física quântica.

Não se trata de atribuir a Marx qualquer capacidade premonitória, mas de ver como, por sua recusa de se render ao positivismo e ao determinismo, sua obra foi perpassada por uma concepção de ciência capaz de lidar com a abertura intrínseca à história humana ao novo, como a crítica da economia política o conduz a "regiões desconhecidas, onde os comportamentos lógicos afastam-se do modelo clássico" (p. 401). Marx foi capaz de romper com a representação de um espaço homogêneo e de um tempo linear, substituindo a causalidade mecânica por uma sistêmica, com suas leis tendenciais, que impossibilitam uma previsão rigorosa mas nem por isso deixam de apreender o movimento da realidade e a articulação entre necessidade e possibilidade. "Considerando o capital como uma relação social dinâmica em desequilíbrio crônico, Marx entrevê, sem ainda poder decifrá-los, 'os traços do caos sobre a areia do tempo'"(p. 430), o mesmo problema com que se defrontariam as ciências naturais e que Bensaïd recupera no seu diálogo com a ecologia, no capítulo final de *Marx, o intempestivo.*

Jorge Luís da Silva Grespan

O negativo do capital. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 1998.

Hector Benoit (Professor do Departamento de Filosofia, da Unicamp.)

O livro de Jorge Grespan, *O negativo do capital*, é uma obra que, pelo seu rigoroso trabalho conceitual e pela sólida bibliografia trabalhada, compara-se aos melhores estudos de Giannotti e R. Fausto, sendo assim uma leitura obrigatória, para todos aqueles que, entre nós, refletem mais seriamente sobre a obra de Marx. Outra qualidade visível, mesmo numa primeira leitura, é aquela referente à elaborada estruturação da obra. Não se trata de uma justaposição de capítulos externamente vinculados, ou de um mero ensaio eventual, mas sim, efetivamente, trata-se da tentativa de demonstrar uma certa interpretação (polêmica) do conceito de crise em Marx. Contra a crise como necessidade absoluta, defendida de maneira esquemática em certas versões do marxismo, o autor procura pensar a crise como necessidade relativa. Para levar adiante este objetivo, todo um sofisticado arsenal metodológico é mobilizado: em primeiro lugar, as categorias da dialética do próprio Marx e, secundariamente, Hegel e Aristóteles. Tentemos, dentro do possível deste espaço, detalhar um pouco o desenvolvimento do livro.

Grespan estuda o conceito de crise em *O Capital* procurando seguir o próprio percurso de *apresentação* das categorias realizado por Marx. Assim, se a crise ge-

ral ou mundial seria o "negativo do capital" e o momento correspondente à máxima expansão do capital e, conseqüentemente, à máxima determinação conceitual do próprio conceito de crise, por outro lado, o conceito de crise pode, no entanto, ser seguido desde etapas anteriores e pode ser descrito nos diversos momentos da reconstituição teórica do modo de produção capitalista que Marx efetivou na sua obra. Nesse sentido, Grespan, procurando seguir diretamente a própria apresentação de *O Capital*, divide a sua obra em quatro capítulos que pretendem corresponder aos principais momentos daquela reconstituição. O primeiro capítulo estuda o prenunciar do conceito de crise na instância da circulação simples, ainda anterior à constituição do capital. Neste momento, a crise se manifesta na oposição venda e compra, enquanto separação dos pólos, autonomia que se revela impossível. O capítulo segundo estuda o mesmo conceito já na esfera da produção imediata de mercadorias. A crise surge aqui na tendência única que conduz a resultados opostos: automensuração e desmedida do capital. O capítulo terceiro avança até a esfera da circulação do capital, mas todavia numa instância não plenamente determinada. Estuda-se aqui a reprodução simples e ampliada, nesta fase a crise se manifesta na desproporcionalidade intersetorial. Finalmente, o quarto capítulo estuda o conceito de crise já levando em conta o processo global da produção capitalista, no qual o capital aparece como totalidade. Somente então concorrência e lucro passam a atuar na complexidade do sistema, são estudados então os elementos fundamentais da crise: a queda tendencial da taxa de lucro e a sobreacumulação periódica. Como se vê, o autor segue na sua própria apresentação, em certo sentido, a própria apresentação dos três livros de *O Capital*. Esta evidente fidelidade à apresentação de Marx não impede, no entanto, que Grespan avance conclusões que nem sempre coincidem plenamente com o próprio Marx.

Grespan procura demonstrar através do livro, como observamos inicialmente, que as diversas "leis ou tendências" descritas por Marx (por exemplo, a queda da taxa de lucro), ainda que apontem no sentido da crise geral do modo de produção capitalista, obedecem apenas a uma "necessidade relativa", existindo apenas potencialmente (aqui emprestando os conceitos potência-ato de Aristóteles[1]). Como escreve ele: "O uso do termo *lei de tendência* por Marx pode levar justamente à conclusão errônea de que a tendência se impõe ferreamente por ser 'lei', como uma necessidade 'absoluta', que exclui a possibilidade de que se realize o oposto dela — no caso, a constância ou elevação da taxa de lucro" (p. 222). Para Grespan, e esta é a tese principal de seu livro, as leis descritas por Marx são designadas, assim, por "tendências", precisamente porque não obedeceriam a uma necessidade absoluta e sim apenas relativa, isto é, sempre uma contratendência oposta mostra-

1. Um Aristóteles, diga-se de passagem, hegeliano e, conseqüentemente, procliano ou platonizado. Como já observei antes (*Crítica Marxista*, nº 3, p. 22-23, nota 27), ler a dialética de Marx à luz da racionalidade não-contraditória de Aristóteles apresenta certos problemas. Na realidade, toda uma tradição que vai do neoplatonismo a Schelling e Hegel (na Alemanha) e Ravaisson (na França), que se estende à Escola de Frankfurt, transporta à metafísica aristotélica um dinamismo dialético que lhe é absolutamente estranho (cf. , entre outros, Pierre Aubenque, "Hegel et Aristote", *in: Hegel et la pensée grecque*, PUF, Paris, p. 106-8)

se como também possível impedindo qualquer previsão definitiva, mesmo a longo prazo, de uma crise geral e última do sistema capitalista.

No entanto, não afirmou Marx exatamente o caráter "férreo" das leis ou tendências que descreveu? Como se sabe, no prefácio da 1ª edição de *O Capital*, Marx disse exatamente que descrevia leis e tendências "que atuam e se impõem com necessidade férrea (*eherner Notwendigkeit*)".[2] E esta não foi uma afirmação rápida ou ligeira apenas cabível num prefácio. Basta lembrarmos o ítem sete do capítulo XXIV de *O Capital* intitulado, precisamente, a "tendência histórica da acumulação capitalista", onde Marx anuncia a negação da negação como sendo a tendência histórica da produção capitalista: "a produção capitalista produz, com a necessidade de um processo natural (*mit der Notwendigkeit eines Naturprozesses*) sua própria negação. É a negação da negação"[3]. E aqui de maneira inequívoca, a "negação da negação" significava a manifestação da contradição da luta de classes, a "expropriação dos expropriadores" e assim a revolução comunista como fim da crise geral do modo de produção capitalista. Não por acaso, Marx termina este capítulo XXIV de *O Capital* recordando o *Manifesto Comunista* e justamente um trecho no qual reafirma o caráter *inevitável* da derrocada do sistema capitalista: "O progresso da indústria cujo portador (*Träger*) involuntário é a burguesia, coloca no lugar do isolamento dos trabalhadores, pela concorrência, sua união revolucionária, pela associação (...) Ela [a burguesia] produz, pois, antes de mais nada, seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis (*unvermeidlich*)..."[4].

No entanto, se para Grespan a queda da taxa de lucro e todas as leis, aparecendo como tendências não-férreas, obedecem a uma necessidade apenas relativa, evidentemente, o próprio conceito de crise, como um todo, mostrar-se-á, na análise final, relativizado. A desvalorização e a valorização do capital aparecem sempre como tendências ou necessidades relativas opostas, não existindo uma plena determinação ou demonstração convincente que anuncie um fim. A superação ou *Aufhebung* (negação da negação) aparece como eternamente adiável e as "contradições" descritas na dita "subjetividade do capital", no capital-"sujeito", parecem mostrar-se muito mais como oposições que são mera *contrariedade* (como observou, aliás, Giannotti, em recente resenha deste livro). Os pólos opostos, mas separados no tempo, subsistem e se completam no interior de um mesmo gênero (bem como a potência e o ato aristotélicos), sem constituir uma relação de antítese ou, se quisermos, de luta (de classes). A luta de classes, por sinal, jamais aparece na análise "imanente" de Grespan. Isto seria, talvez, romper o pacífico percurso do capital-"sujeito", que percorre as suas oposições, da potência ao ato, sem o inoportuno acidente ou, se quiserem, *symbebekós* externo à análise

2. *O Capital*, prefácio da 1ª ed., MEW, p. 12; Abril, p. 12.

3. *Ibid.*, MEW, p. 791; Abril, p. 294.

4. *Ibidem.*

econômica. Seja como for, na preocupação de preservar a imanência do capital-"sujeito", o tempo que prevalece na análise de Grespan é um tempo conceitual que parece haver superado ou abstraído todos os seus substratos históricos. Mas este é um pressuposto plenamente consciente em Grespan, como observa corretamente Marcos Müller no seu prefácio: "A desvinculação dos instrumentos conceituais mais agudos da Crítica da Economia Política da Filosofia da História e da utopia normativa, que permeia, indiscutivelmente, as análises e sustenta as convicções políticas de Marx, é um dos aspectos mais instigantes desse estudo (...)"[5]. As categorias econômicas de Marx, devolvidas à sua plena imanência, libertas do seu caráter histórico-programático, se movimentam então por si mesmas e a "subjetividade" do capital é revelada na plenitude de sua reflexibilidade fetichizada. No entanto, nesse mesmo movimento, nada mais parece ser capaz de opor-se de maneira absoluta ao fetichismo do capital "sujeito". Se Grespan, dessa maneira, escapa das crenças nas fáceis escatologias de certos marxismos, até que ponto podemos acreditar que a sua própria conclusão — a certeza de que o capitalismo pode se preservar infinitamente — não é ela própria um tributo pago às contratendências que reproduzem a mística do capital-"sujeito"?

Como escreve Grespan: "Não há movimento em direção a um fim preestabelecido, pois nenhuma tendência pode prevalecer sobre contratendências" (p. 268). E acrescenta, não escondendo agora, já na sua conclusão, o afastamento *relativo* de Marx: "Embora Marx tenha tentado demonstrá-lo [o movimento em direção ao fim], a própria forma como ele articulou os conceitos-chave aqui impede que tal demonstração seja cabal e indiscutível". No mesmo sentido, em outra passagem, escreve ele: "O que se descobre, afinal, é que a articulação dos conceitos da teoria de Marx resulta na indeterminação quanto à forma do movimento do capital" (p. 272). Como se vê, para Grespan, Marx tentou (ao menos algumas vezes) mas não conseguiu demonstrar a necessidade absoluta da derrocada do capital-"sujeito". É como se o próprio Marx fosse conduzido para resultados inesperados, e embora às vezes atribua "a suas soluções a aparência de uma necessidade absoluta", Marx articularia os seus conceitos demonstrando justamente a impossibilidade e "a principal objeção a qualquer determinismo econômico" (p. 274). Nesse preciso sentido, é como se o próprio Marx, de certa maneira, não pudesse se impor à "potência do fetichismo", título do item que encerra o livro de Grespan. Aqui o autor analisa, finalmente, como a crise pode atuar desvelando aos agentes econômicos o fetichismo do capital. No entanto, mais uma vez, tudo o que acontecer "será a realização de uma necessidade imanente ao capital; (...) o capital é igualmente o processo de criação e destruição da totalidade de relações sociais, é o movimento de possibilidades opostas cuja contradição igualmente se soluciona e repõe, é o 'sujeito' que ao refletir sobre si, igualmente se institui e se dissolve" (p. 283).

5. Prefácio, p. 18.

BENOIT, Hector. Resenha de: GRESPAN, Jorge Luís da Silva. O negativo do capital. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1998. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.9, 2000, p. 135-138.

Palavras-chave: Capital; Crise; Marx; Economia política.